

N.º 499/GDGSET.GP.

Lotar a servidora LAURINHA SOARES DOS SANTOS, Técnico Judiciário, Área Administrativa, na Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas, com efeitos a contar de 7 de dezembro de 2007.

Ministro RIDER NOGUEIRA DE BRITO

EXPEDIENTES DIVERSOS

- Despacho de 6/12/2007

TST – 37.410/2007.1 – CRISTIANO SIQUEIRA DE ARAÚJO CHAVES – Dias-
Créditos

“Indefiro o pleito por falta de amparo legal.”

- Despacho de 12/12/2007

TST – 158.826/2007.4 – ADRIANA RIMOLI DA ROCHA BARROS – Concessão
de Dias de Trânsito

“Defiro como proposto.”

Ministro RIDER NOGUEIRA DE BRITO

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATOS

- Ato de 28/11/2007

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente as disposições contidas no art. 6º, incisos VIII e XIV, do Regimento Interno do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, resolve:

N.º 68/CSJT.SE.GP.

Designar o servidor MAURIVAN TAVARES DE SANTANA, código 31713, requisitado do Ministério da Justiça, para exercer a função comissionada de Assistente 4, nível FC-4, da Tabela de Funções Comissionadas da Assessoria de Gestão de Pessoas, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

- Ato de 10/12/2007

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente as disposições contidas no art. 6º, incisos VIII e XIV, do Regimento Interno do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, resolve:

N.º 81/CSJT.SE.GP.

Designar o servidor GILMAR FELIPE SCALIONI, código 37468, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de Assistente 3, Nível FC-3, da Tabela de Funções Comissionadas da Assessoria de Gestão de Pessoas, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, a contar de 19/12/2007.

- Ato de 13/12/2007

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente as disposições contidas nos incisos VIII e XIV do art. 6º, do Regimento Interno do CSJT, considerando o Projeto Nacional de Informatização e Modernização da Justiça do Trabalho e, ainda, o constante do Memorando n.º 106/2007 – CSJT.ASTIC, de 13/12/2007, resolve: